

Limites e horizontes na educação da infância

Euclides Redin

Resumo:

A temática deste texto se refere à educação da infância. Disciplina e avaliação são processos necessários para qualquer trabalho minimamente consistente. Porém há questões-chave a serem respondidas pela educação. São as seguintes: disciplinar e avaliar para quê?! E uma segunda questão: quem avalia?! Quero indicar neste texto os limites estabelecidos na prática pedagógica, especialmente na prática escolar e alertar para a falta de horizontes significativos para a infância nos currículos da educação da infância – explícitos ou implícitos; manifestos ou ocultos e/ou silenciados. O objeto de estudo é a infância que não se esgota na idade da educação infantil formal.

Palavras-chave: políticas públicas para a infância, aparecimento/desaparecimento da infância, avaliação, disciplina.

Abstract:

Limits and horizons in infantile education

The thematic of this text refers to the education of infancy. Discipline and evaluation are necessary processes for any minimal consistent labor. However, there are key-questions to be answered by education. They are the following: to discipline and evaluate for what? And a second question: who evaluates? I want to indicate in this text the limits established in pedagogical practice, especially in school practice is to alert to the lack of significant horizons for infancy in the curricula of education of infancy – both explicit and implicit; manifest or hidden and/or silenced. The object of the study is infancy with is not exhausted in the age of formal infantile education.

Key-words: public policies for infancy, appearance/disappearance of infancy, evaluation, discipline.

*Do Rio que tudo arrasta se
diz que é violento
Mas ninguém diz violentas as
margens que o comprimem.*

Bertold Brecht

É preciso instalar no coração da história da infância o riso, o bem-querer mútuo, a fruição do belo, a gratuidade do lúdico, a festividade, o sentir-se pacificado consigo mesmo e com os outros. Está aí o oxigênio fundamental às pessoas para a criação de momentos de liberdade fecunda e de realização da utopia.

Euclides Redin

É tempo de instalar na escola o libelo contra as inúmeras e multiformes formas de tortura que se construíram historicamente para dominar as crianças: "tortura nunca mais", "malditas todas as cercas", "um outro mundo é possível".

Euclides Redin

A sombra enorme dos vestibulares está cobrindo todos os processos escolares que os antecedem. Observo a progressiva instalação dos processos de tortura a que crianças e adolescentes têm de se submeter, tirando toda a alegria da experiência de aprender.

Rubem Alves

Provas, testes, verificações, provões – esquizofrenia ou paranóias – quem tem medo da diferença?!

As empresas possuem um mandamento: analisar tudo e todos o tempo todo.

Melhoram a "produtividade" e a lucratividade às custas de milhões de trabalhadores estressados, neuróticos e enfartados... vale a pena?!

A tragédia do nosso tempo: a morte das utopias. As crianças não têm limites? Eu pergunto, elas têm horizontes?!

A temática¹ deste texto é recorrente. Não há mais limites para a História: não sabemos até onde podemos ir como Humanidade. Contudo, este progresso sem limites pode esbarrar, e está próximo, nos limites da natureza e nos limites da humanidade como espécie. Porém, ainda é tempo de redirecionar a caminhada, instituir o diálogo, a solidariedade e reinstalar a consciência social universal que outro mundo é possível.

Quando nosso discurso se faz ao nível de princípios, facilmente entramos em consenso. As tensões se estabelecem ao nível da prática social, quando interferem os interesses individuais, das instituições, das ideologias.

Quero indicar neste espaço os limites estabelecidos na prática pedagógica, especialmente na prática escolar. As contradições da escola já foram, por demais, explicitadas, como aparelho de controle e da formação; como enquadramento em uma "fôrma".

Há porém dois mecanismos de disciplinamento completos dos corpos e das mentes nos processos escolares: a avaliação e a disciplina - mecanismos estes indicadores de uma "boa escola" que não foram ainda suficientemente desenvolvidos e refletidos. Lembro Foucault em "Vigiar e Punir".(Não foi suficiente?!)

Modelos desta escola são as academias militares e algumas escolas confessionais – O difícil deste modelo de escola está no camuflamento da violência simbólica com a ideologia dos resultados sociais da disciplina e da paranóia das avaliações. Poucos se perguntam, porém, a que custos humanos se chegou a estes resultados!

O limite da avaliação...

É possível que ninguém de nós enfrente qualquer situação de prova sem tensão, ansiedade, mal-estar até físico. Especialmente, é possível que nós lembremos os testes e as provas do tempo de escola como sendo as experiências mais desagradáveis que sofreremos. É certo que um dos elementos mais fortes desencadeadores de nossos sentimentos de insegurança, de timidez, de auto-imagem negativa tenham sido as notas baixas, as reprovações e os fracassos nas infundáveis provas que suportamos no período de escola. Período de latência no desenvolvimento da criança versus entrada da criança na escola. (Onde ficou a vitalidade da criança?!) E isso tem, certamente, um imponderável custo emocional que nos leva, ainda hoje, aos consultórios psiquiátricos e analíticos e/ou a comportamentos de fuga e compensação. Estes não só causam desgastes emocionais, mas

¹ Observação preliminar: Educação Infantil abrangendo idade da INFÂNCIA biológica - (11-12 anos), legal (ECA, 12 anos) e educacional (Snyders e ARIÉS: idades da vida). Para a convenção internacional da criança (1989), a infância abarca a idade de 0 a 18 anos. Portanto, o texto se refere à educação da infância em todas as fases de sua escolaridade.

também grandíssimos prejuízos sociais. Está claro também que os testes, as provas e exames têm pouca ou nenhuma contribuição para a melhoria do processo escolar aprendizagem e o desempenho escolar de todos. Outra evidência se manifesta na prova como um elemento de pressão, repressão, ameaça nas mãos dos docentes e da instituição para o controle e a inculcação de conhecimentos, valores e comportamentos ideológicos; no fundo, são limites discutíveis.

Tanto mais estas afirmações se impõem quanto mais nos damos conta de que, de tudo o que a escola ensina, existe ainda o currículo oculto ou ausente que marca nossos estudantes, exatamente porque é sutil e subliminar, não havendo, por isso, como se prevenir e se defender dele. Os valores, comportamentos e conhecimentos, especialmente estes, avaliados nas provas, exames e testes, permanecem na memória dos estudantes o tempo suficiente para serem comprovados e depois serem automaticamente e sadamente esquecidos ou arquivados como lixo no subconsciente.

Mas, então, por que a escola continua avaliando desta forma seus alunos através de todos os tempos e agora especialmente de forma paranóica?

Se não bastassem as “avaliações” compulsivas dos indivíduos, agora surgem as avaliações institucionais, internas e externas, para a “melhoria da qualidade”. “Compulsão obsessiva”.

Certamente, a avaliação é a grande tragédia da escola moderna, pelas conseqüências que deixa no seu rastro, pela discriminação que institui como natural, pelos perdedores e fracassados que produz, pelos vencidos e excluídos que fabrica. Isso é grave porque não é só um processo escolar, mas já é um procedimento legitimado pela fábrica e pela empresa e, de forma generalizada, pela sociedade e pela opinião pública. Até no lazer, veiculado pelos meios de comunicação de massa, a esmagadora maioria dos participantes são perdedores, para regozijo dos animadores dos ditos programas e dos milhões de telespectadores de todas as partes do País. Já Napoleão dizia que, para reinar, bastava dividir. Ele, porém, ainda não havia descoberto, na sua loucura pelo poder, que mais fácil que dividir para reinar é criar o sentimento de incapacidade em todo um povo. Nenhum povo será capaz de criar e participar de sua história, se tiver introjetado uma auto-imagem negativa, de fracasso, de incapacidade, de perdedor.

Um povo com baixo auto-conceito é, certamente, um povo facilmente manipulável; o sentimento de incapacidade e impotência ou de fracasso/perda é um péssimo conselheiro para qualquer ação construtiva. Uma forma de infantilizar qualquer indivíduo, grupo ou instituição é mantê-lo sob controle pelo sistema de recompensas e punições. A avaliação queria ser um instrumento objetivo para a tomada de decisões, mas nada indica que

todas as provas universais e “provões” tenham melhorado a escola, pelo contrário!

A ciência moderna, com sua euforia de possibilidade de dominação do mundo pelo domínio de suas leis, tornou-se o novo “ópio do povo”. Formalmente sabemos, hoje, muito mais das leis que regem o universo dos homens e da natureza, porém a qualidade política regride para a destruição crescente do homem e da natureza. O cientificismo, o endeusamento da razão objetiva está presente em todos os discursos da civilização e esquece que a qualidade de vida, a felicidade humana não se encerram no horizonte formal e instrumental da ciência e da razão.

A escola é um espaço de relações humanas políticas e de conteúdos, onde educador e educando participam como atores, isto é, como seres históricos e, portanto, nada nela é totalmente neutro. A ciência, a razão e seus instrumentos fazem crer que são neutros e, portanto, objetivos e verdadeiros. Quando todos acreditarmos que aí está a verdade, ela se torna mito e já não discutimos mais nem vemos a mentira que este discurso da verdade esconde. A ciência não se compromete com a existência humana, com a felicidade da humanidade; seu compromisso está com a instrumentação do poder, sobretudo do poder econômico de alguns (homens, grupos ou nações), nunca de todos. Os saberes científicos podem ser medidos por instrumentos de avaliação. Os saberes necessários para a existência são imponderáveis.

A realidade social humana, porém, é impulsionada por fatores imponderáveis, na maioria das vezes nada racionais ou “científicos”. Entre esses fatores imponderáveis da história dos homens, estão os sentimentos, as emoções, os desejos, os medos, as dúvidas, os tateios, a intuição, a paixão, os sonhos... Todos esses fatores influem, podem ser percebidos, avaliados, porém dificilmente poderão ser medidos por testes, provas e exames.

Pode ser contestado, mas não tenho dúvidas de que as avaliações escolares são um forte fator de discriminação e seleção social, onde os discriminados e os selecionados não são os menos preparados ou os mais preparados. Basta analisar os dados: quem é reprovado? De que classe, de que etnia, de que nível socioeconômico, de que gênero provém? Quem são os que terminam a educação básica? Quem chega a terminar o curso universitário?

Além disso, nenhum educador acredita mais na armadilha ideológica das aptidões, dos dotes inatos. Nem acreditam mais os educadores honestos na lei do evolucionismo ingênuo da “vitória dos mais fortes”. Isso é discutível para a evolução animal; muito mais discutível o é para o desenvolvimento humano.

Outra conclusão de todos estes tempos da tragédia das avaliações escolares é que, sob o ponto de vista pedagógico, as reprovações e a repetência de nada servem para uma aprendizagem melhor; além da evidência de que o fazer de novo a mesma coisa do mesmo jeito pode melhorar uma habilidade mecânica, nunca uma dimensão da inteligência. Acrescente-se a isso o dado indelével do rótulo de “reprovado”, “repetente”, “aluno com dificuldades especiais” ou “com dificuldades de aprendizagem”. Aluno especial será sempre especial...para pior, na discriminação social.

Os testes, provas, exames dificilmente são utilizados para revisar os elementos e processos da educação: eles detectam as “falhas” dos alunos, os quais devem sofrer as conseqüências. “Eles colhem o que semearam”. E tudo continua como sempre.

A crença no valor inquestionável das avaliações escolares nega a premissa de que todas as pessoas podem aprender tudo o tempo todo, resguardadas algumas condições de tempo, de método, de acompanhamento, estimulação e desafio e, especialmente, de significação histórica, social e individual.

E, por último, é preciso desmoralizar a crença arraigada no imaginário social de que a reprovação é normal, que sempre foi assim e que é justa. A escola que reprova, definitivamente, não é uma escola de alto nível, de qualidade superior; da mesma forma que disciplina e ordem não são características de uma escola e um processo pedagógico sérios.

Não reprovar não significa demagogismo: pode-se ensinar muito sem ser chato, autoritário e discriminatório.

Apelar para a ameaça da prova, do exame, para despertar o interesse do aluno é, certamente, um recurso muito pouco criativo e muito pouco inteligente. Avaliar é necessário e possível, sem precisar reprovar, rotular, discriminar, sem traumatizar. Podemos fazer avaliação como um processo que leve alunos e professores a um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão. É preciso repudiar a avaliação como mecanismo do autoritarismo e buscar a avaliação escolar como processo de democratização, de mediação, de diagnóstico, que deverá, em vez de excluir, aprofundar a alegria na escola, a cooperação, a autonomia, o desenvolvimento humano e o progresso.

...e o limite da disciplina?

Sem dúvida, uma das situações que mais irritam são os comportamentos que desrespeitam as normas estabelecidas ou consensualmente admitidas. As normas e os comportamentos são

estabelecidos pelos homens em função de conveniências históricas que, basicamente, deveriam garantir a sobrevivência e a convivência humanas.

A natureza dotou o ser humano com algumas "normas" apenas, muito precárias e limitadas, que costumamos denominar de "reflexos". Reflexo palpebral, reflexo de sugar, reflexo de Babinski e alguns poucos mais, e, estes mesmos, rudimentares. Todos os outros são construídos historicamente no esforço do ser humano de se adaptar ao meio natural e social para sobreviver e se desenvolver.

O ser humano nasce em plena anomia, isto é, numa situação de ausência total de normas. Sua orientação se faz por impulsos vagos, na busca da satisfação das necessidades básicas percebidas sincreticamente. Por força do longo período de infância do ser humano e de sua fragilidade, ele necessita da presença e dos cuidados dos adultos, que introduzem no pequeno ser a heteronomia, onde as normas, os comportamentos, os ritmos começam a ser determinados pelos outros, muitas vezes com muita arbitrariedade e por muito tempo, de tal maneira que podem se cristalizar numa dependência e submissão dificilmente superável durante toda a vida.

Contudo, o ideal de todo processo de crescimento, desenvolvimento e educação é chegar à autonomia. Isto é, o ser humano chegar à possibilidade de decidir sobre seus caminhos, ser dono de suas decisões e estabelecer autonomamente as próprias normas que garantirão uma experiência plena, feliz como um ser no mundo interagindo com a natureza, a história e os outros, também seres donos de sua autonomia. Esta, porém, é a questão mais complicada que necessita ser elaborada: até onde a autonomia do indivíduo pode ir, sem interferir na autonomia dos outros e nas determinações do mundo?!

Vivemos num mundo absolutamente cheio de normas, de leis, de convenções, de determinações. Quanto mais avançamos na direção da civilização e do progresso, mais engrossam os códigos de leis que esterilizam qualquer tentativa do original e do novo.

Mesmo quando um povo consegue sua autonomia, sua liberdade, ironicamente estabelece em sua bandeira o ideal da "ordem". Esta ordem se toma radical, contraditoriamente, nos tempos de "revolução", onde a maior arma para manter a mudança é o seu contrário: a censura. Ninguém mais fará nada de diferente, nem mesmo pensar. A disciplina passa a ser imposta de tal maneira que ninguém mais conseguirá, por muito tempo, nem pensar, nem fazer qualquer coisa diferente do estabelecido.

Assim estabelecem as nações, as instituições, as ciências e as teorias, criando as situações de impasse que se manifestam na busca de subterfúgios, burlando as regras; na conformidade cega ou passividade; ou então na revolta – esta, às vezes, até irracional e suicida.

Das três situações – burla, conformação, revolta –, a mais sábia é a revolta porque é a única que luta pela posse e conquista da autonomia, embora não se consiga sem sofrimento, sem rupturas, sem grande irritação da sociedade e das instituições, as quais lutarão sempre pela sua manutenção e pela manutenção dos seus membros numa relativa heteronomia. É em função disso que as sociedades e as instituições não se mantêm sem os artifícios dos prêmios e dos castigos, das recompensas e das punições, ou então das inculcações ideológicas que não passam de outras formas de dominação e submissão – a necessidade de limites.

Como tratar a questão da indisciplina na instituição escolar? Se for válido o que foi dito acima, sob o ponto de vista da educação para a autonomia, a questão nos remete para a discussão dos alunos disciplinados, ordeiros e submissos. O problema que deveria preocupar os educadores, deveria ser formulado no sentido de verificar o que de submissão, de conformismo ou de revolta existe nestes comportamentos, ou o que de anomia, heteronomia e autonomia moral e intelectual eles poderiam estar construindo.

Evidentemente, nenhum autoritarismo levará à construção de autonomias responsáveis e conscientes; e a "indisciplina" escolar tanto pode ser uma consequência do autoritarismo, expressa em revolta, como pode ser um apelo sadio na busca da autonomia, porém de uma forma pouco construtiva.

Nada de mais complexo se constrói sem organização e sem um mínimo de disciplina. Disciplina passa a ser uma situação positiva quando significa uma forma de organização em busca de objetivos livremente estabelecidos. Melhor ainda, se essa disciplina for estabelecida livremente, em consenso com os outros, em função de objetivos comuns. A disciplina será, então, sem autoritarismo, uma "ordem livremente consentida" entre todos os envolvidos.

A complexidade do problema da disciplina está ligada à resposta às seguintes perguntas: que tipo de ser humano se quer formar? Em função disto, que tipo de educação queremos propor? Para que tipo de sociedade? A resposta a essas questões nos dará os parâmetros da disciplina que se irá instalar. Evidentemente, se queremos um sujeito autônomo para uma sociedade solidária, a disciplina será organizar as condições necessárias para o trabalho coletivo em sala de aula e na escola, de modo a garantir, acima de tudo, a solidariedade, o respeito, a responsabilidade, a participação, a construção significativa do conhecimento, na interação responsável com os outros e com o mundo. Isso negará, em todos os momentos, a obediência cega, a pedagogia do prêmio-castigo, a coação e a ameaça, as atividades repetitivas e descontextualizadas, os exercícios

cansativos para memorizações inúteis, sempre despojados de qualquer abertura para o criativo, para o novo, para o diferente.

É preciso que a comunidade educativa recupere e redefina o sentido da escola e do processo educativo, elaborando e explicitando sua proposta educacional. Essa proposta será uma elaboração coletiva e contextualizada onde todos os envolvidos no processo educativo possam participar nas decisões que lhes dizem respeito. Isso definido, é preciso uma linha de ação comum assumida e revisada com modificações radicais dos procedimentos e das relações da escola como uma totalidade. A única forma para superar o autoritarismo dos processos e das relações sociais, políticas e econômicas gerais é a instalação radical da democracia na escola, e esse também é o espaço específico para o exercício pleno da autonomia, individual e coletiva.

No cotidiano da escola, é inegável a existência da indisciplina, que gera os mais diversos tipos de conflitos. Saber conviver com esses conflitos, sem perder os horizontes maiores da autonomia, exige muita clareza, flexibilidade e equilíbrio nas opções das prioridades. Se for necessário desistir das tiranias dos programas, dos conteúdos, dos rituais da escola, que se faça isso. Mais vale um cidadão em pé com grande auto-estima e confiança que um homem “disciplinado”, mas sem sonhos. Prefiro uma escola alegre a um processo educativo onde as opções já estão definidas, onde predomina o medo.

E, por fim, se os sábios da psicanálise afirmam que a “morte do pai” é fundamental para a libertação do filho e para seu crescimento e construção de sua identidade plena, o mesmo deve-se dizer da escola. É fundamental a “morte do mestre” e a “morte da escola” para que o aluno, livre da submissão àquele mestre da escola, atinja a altura dos mestres e seja ele mesmo mestre de si mesmo, capaz de procurar outros livros, de construir outras normas, de tomar outras decisões e assumi-las com responsabilidade e risco próprios. Até mesmo escolher outros mestres, outras normas, outras disciplinas: um jornal, um partido, uma Igreja, uma teoria, uma ideologia - mas sem medo e sem fraturas, inteiro.

As instituições fechadas ("conventos, manicômios e prisões") e os regimes totalitários sabem que tornar os corpos dóceis e disciplinados é o caminho mais fácil de romper suas dissidências e resistências; é a melhor maneira de dominar suas almas.

Enfim: limites são necessários?

Primeiro, responda: para quem e para quê?

E ainda: quem os estabelece?

Referências

- BECCHI, Egle e BONDIOLI, Anna (orgs.). *Avaliando a Pré-Escola: uma trajetória de formação de professores*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- ESTEBAN, Amria Teresa (org.). *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- FORMOSINHO, Julia Oliveira (org.). *A Supervisão na Formação de Professores*. Porto, Portugal: Porto Editora, 2002.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliação Mediadora*. Uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.
- _____. *Avaliação: Mito e Desafio*. Uma perspectiva construtivista. 11.ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.
- _____. *Pontos e Contrapontos: do pensar ao agir em avaliação*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Euclides Redin é Doutor em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano pela USP, Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS, membro da Coordenação do Fórum Regional de Educação Infantil do Vale dos Sinos, do Fórum Gaúcho de Educação Infantil e representante da Área de Ciências Humanas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos no Fórum Mundial de Educação. Entre as publicações destaca-se o livro "Espaço e tempo da criança – se der tempo a gente brinca" (Mediação).

E-mail: ppgedu@poa.unisinos.br

Artigo recebido em outubro/2003